

Antropologias no Brasil: uma breve introdução histórica

Stefania Capone

CNRS/EHESS, CéSor

Fernanda Arêas Peixoto

Universidade de São Paulo

2020

POUR CITER CET ARTICLE

Capone, Stefania & Fernanda Arêas Peixoto, 2020. "Antropologias no Brasil: uma breve introdução histórica", in *Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie*, Paris.

URL Bérose : [article1958.html](https://berose.fr/article1958.html)

article publisher ISSN 2648-2770

© UMR9022 Héritages (CY Cergy Paris Université, CNRS, Ministère de la culture)/DIRI, Direction générale des patrimoines et de l'architecture du Ministère de la culture. article copyright.

usage article

consulte le 24 de abril de 2024 - 08h58min

Publié dans le cadre du thème de recherche «Histoire des anthropologies au Brésil», dirigé par Stefania Capone (CNRS, CéSor) et Fernanda Arêas Peixoto (Universidade de São Paulo)

Há no Brasil uma grande diversidade de práticas antropológicas, que são plurais tanto pelos temas e campos abordados, como pelas problemáticas e orientações teóricas. Se a antropologia brasileira é conhecida sobretudo pelas pesquisas em torno das populações ameríndias e das religiões afro-brasileiras, ela não se limita a essas grandes tradições de estudo, incluindo também a antropologia urbana e rural, a antropologia política, entre outras. Nesse sentido, parece difícil abarcar esse conjunto com um único olhar, ou associá-lo a uma só trajetória histórica. De fato, para traçar a história da antropologia no país seria possível remontar à 'descoberta' do território mais tarde denominado Brasil e considerar a 'Carta' de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal em 1500 como o primeiro documento 'etnográfico' sobre as novas terras, ao qual se acrescentariam os relatos dos viajantes que as percorreram nos séculos seguintes. Ou seria preferível identificar a formação das primeiras instituições científicas no século XIX para aí situar as origens da pesquisa propriamente 'antropológica'? E porque não colocar o acento nas universidades criadas no final da década de 1930, quando as disciplinas e suas áreas de especialidade se mostram mais claramente definidas?

Longe de querer propor uma história da antropologia no Brasil una, baseada em referências cronológicas sempre questionáveis, esta introdução histórica sugere antes a existência de ramificações que levaram à consolidação de diferentes tradições de pesquisa, de matrizes de

pensamento plurais e de linhas divergentes através do espaço e do tempo. Para dar conta dessa trama múltipla, o primeiro desafio consiste em deixar transparecer tal heterogeneidade e complexidade, fazendo dessas diferenças um fio de Ariadne. O objetivo consiste em esboçar uma cartografia que respeite a diversidade regional de um país com múltiplos centros de produção intelectual, levando em conta as distâncias geracionais, bem como institucionais, relativas a museus, universidades, institutos e sociedades científicas, sem negligenciar as características dos próprios atores: brasileiros ou estrangeiros, homens ou mulheres, negros, brancos, mestiços ou ameríndios. Qualquer reflexão sobre a história das antropologias realizadas no Brasil deve levar em conta também as zonas de fronteira, a circulação de saberes “intelectuais” e “artísticos”, “eruditos” e “populares”, “profissionais” e “amadores”, que infletem nas relações entre os pesquisadores e os durante longo período denominados “informantes”, sem naturalizar tais categorias e a oposição entre elas. É preciso atenção ainda às formas como ideias e práticas circulam de um território disciplinar para outros (história, sociologia, arqueologia, estudos literários etc.), ou mesmo entre campos definidos como ‘científicos’ e ‘políticos’.

De modo a reconstituir a espessura dos cenários, personagens e produções que configuram as antropologias praticadas no Brasil, é importante identificar os projetos individuais e coletivos, assim como os campos temáticos e subdisciplinares em torno dos quais eles gravitam: etnologia ameríndia; antropologia urbana; antropologia rural; antropologia das populações afro-brasileiras; antropologia das religiões, direito e política; ciência e tecnologia; som e imagem; gênero e sexualidade, entre tantas outras designações que evoluem de acordo com a expansão das pesquisas e de suas inspirações teóricas. Uma das alterações mais significativas, especialmente a partir dos anos 1990, é o desenvolvimento de investigações realizadas fora do território nacional, já que predominavam aquelas sobre populações e grupos locais. Isso também foi possível graças à política científica de fundações estrangeiras, como a Fundação Ford, implantada no Brasil em 1962, que financiou projetos transnacionais, particularmente na África. Até então, as pesquisas antropológicas tendiam a se concentrar nos ‘outros’ localizados em território nacional, fossem as populações ameríndias ou os adeptos das religiões afro-brasileiras.

Mesmo antes da existência de espaços institucionais dedicados à formação de antropólogos *stricto sensu*, diversas formas de conhecimento antropológico foram produzidas por naturalistas, cronistas, missionários, pintores e outros, que viajaram pelo Brasil a partir do século XVI e foram os primeiros a identificar e analisar algumas dimensões fundamentais da paisagem natural, da vida social e das manifestações culturais brasileiras. É possível citar obras emblemáticas como *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden (1557); *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry (1574); *Viagem pelo Brasil*, de Carl Friedrich Philipp von Spix e Johann Baptist von Martius (1823); *Viagem pitoresca através do Brasil*, de Johan Moritz Rugendas (1834). É preciso lembrar também os folcloristas e outras figuras ilustres de finais do século XIX e inícios do século XX, incluindo advogados, engenheiros e médicos, como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) com a obra *O Animismo fetichista dos negros baianos* (1935 [1900]), e seu herdeiro intelectual, Arthur Ramos (1903-1949).

A geração de pensadores que, nas décadas de 1920 e 1930, produziu importantes ensaios sobre o processo de formação da nação brasileira – em particular Euclides da Cunha (1866-1909), Paulo da Silva Prado (1869-1943), Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) – influenciou profundamente os estudos antropológicos no Brasil, como também no exterior. Da mesma forma, figuras saídas das universidades brasileiras, criadas na década de 1930, e formados em outras disciplinas, estão na origem de textos antropológicos seminais, como são os casos do crítico literário Antonio Candido (1918-2017) e do sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995). Acrescentemos ainda nomes consagrados do cânone literário nacional, como os poetas do modernismo de 1922, Oswald de Andrade (1890-1954) e Mário de Andrade (1893-1945), a quem se devem teorias originais sobre a cultura nacional, que continuam inspiradoras para a antropologia contemporânea.

Além disso, o Brasil permaneceu um terreno privilegiado para várias gerações de etnógrafos e antropólogos estrangeiros que, por vezes, influenciaram as práticas acadêmicas locais, como os alemães Karl von den Steinen (1855-1929) e Curt Nimuendajù (1883-1945), ou os franceses Roger Bastide (1898-1974) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009).

Ao lado de autores e obras, trata-se de dar destaque aos diversos polos institucionais de produção de conhecimento antropológico – como o Museu Nacional (MN-UFRI) do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) ou a Universidade Federal de Brasília (UNB), entre outros –, bem como a outras instituições e sociedades científicas que constituíram coleções etnográficas e organizaram cursos de formação especializada. Da mesma forma, as missões de pesquisa, os colóquios e congressos ou ainda as publicações periódicas permitem aos historiadores da disciplina redescobrir personalidades e matrizes da antropologia hoje esquecidas. Esse trabalho de análise da formação do campo antropológico não pode, naturalmente, dispensar o estudo de certas conexões, por exemplo aquelas entre estudiosos e instituições ou entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que precedem a institucionalização da antropologia no Brasil. Os intercâmbios entre Arthur Ramos e Melville Herskovits (1895-1963), nos Estados Unidos da América, e a criação de um domínio afro-americanista transnacional nas décadas de 1930 e 1940 são exemplos de uma história que é bem mais 'global' do que se poderia imaginar.

O acento que esta introdução às antropologias praticadas no Brasil coloca sobre a cartografia intelectual não desconsidera, nem poderia, os marcos históricos e os eventos políticos que infletiram na produção de conhecimento em geral e na antropologia em particular, tanto em termos dos seus atores como dos seus centros de atividade. A ditadura estabelecida pelo Estado Novo, a partir de 1937, destruiu o vigoroso projeto da Universidade do Distrito Federal, criada um ano antes no Rio de Janeiro; também dificultou o funcionamento de instituições estabelecidas em outras regiões e perseguiu líderes comunitários e religiosos. Os ventos democráticos que voltaram a soprar nos anos 1950, por sua vez, permitiram a criação de agências de financiamento do ensino superior e da pesquisa (as duas principais são a CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e o CNPq, Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ambas fundadas em 1951) e promoveram encontros organizados sob a égide da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 1948), bem como a primeira Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), na origem da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1955).

O golpe de Estado de 1964 e o regime ditatorial que se seguiu trouxeram de volta o clima de censura, aumentando as perseguições dentro e fora da universidade. Essa repressão intensificou-se a partir de 1968, quando várias personalidades, como o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), foram destituídas e forçadas ao exílio. Se os efeitos deletérios da violência política (e policial) se fizeram sentir também junto dos povos indígenas e às suas agências de proteção, sua verdadeira amplitude só seria medida após o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011 para investigar as violações dos Direitos Humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre 1945 e 1988. O atual momento político vivido no Brasil, com a drástica redução do financiamento para a educação superior e a pesquisa científica, representa uma nova ameaça ao desenvolvimento das ciências sociais e humanas no país, que são vistas como um terreno fértil para os opositores do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2019), cujas políticas contra as 'minorias' (especialmente ameríndias e afro-brasileiras) vão na contramão das políticas dos governos anteriores.

Há que ter em conta contudo a resiliência do campo disciplinar da Antropologia. Assim que embora o ano de 1968 tenha sido marcado pela exacerbação da arbitrariedade ditatorial, ele assistiu também ao crescimento dos estudos de pós-graduação. Novos mestrados e doutoramentos em antropologia foram implantados no período e os já existentes, completamente reconfigurados. Além disso, os grandes projetos de pesquisa coletivos desenvolvidos na década de 1970 com o apoio de fundações internacionais, como a Fundação Ford, contribuíram para a consolidação de um sistema de formação pós-graduada, e com a criação, em 1976, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Esse conjunto de fatores estimulou a produção antropológica nacional, ampliando-a e diversificando-a. Esse alargamento permitiu, sob impulso brasileiro, a constituição de um movimento mundial que reuniu cerca de trinta associações de antropologia nacionais em uma associação 'global', o World Council for Anthropological Associations (Conselho Mundial de Associações de Antropologia, WCAA), fundado em 2004, no Recife.

Espaço e tempo são, em suma, os parâmetros da cartografia das antropologias praticadas no Brasil, do passado aos dias de hoje, que só podem ser mapeadas por meio de suas conexões internacionais. Sem ambicionar uma verdadeira síntese, esta introdução [1] pretende sugerir caminhos e trajetórias, que os leitores seguirão na ordem e orientação que considerarem mais apropriadas, sendo cada qual livre para criar novos laços e relações.



[1] Assim como os dossiês documentários e artigos publicados pela Enciclopédia Bérose no âmbito do tema de pesquisa 'Histórias da Antropologia no Brasil'.